

CURSO DE BRANCO: UMA ABORDAGEM SOBRE O ACESSO E A PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DE ORIGEM POPULAR NOS CURSOS DE SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (UFRB)

DYANE BRITO REIS SANTOS¹

Resumo

As universidades brasileiras, tradicionalmente, tiveram, entre os seus cursos, aqueles chamados de “cursos de elite” ou cursos de alto prestígio, dentre os quais estavam o Direito, a Medicina e as Engenharias. Tratam-se de cursos superiores em que a entrada de jovens pretos e pobres era *estatisticamente improvável*. Há pouco mais de uma década, as políticas de ações afirmativas trouxeram ao ensino superior uma parcela significativa de jovens antes excluídos da universidade e que passaram a frequentar os cursos da “elite”. Neste artigo, destacamos o caso da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), encravada no Recôncavo Baiano, região marcadamente negra, enfatizando o ingresso no Centro de Ciências da Saúde (CCS), que concentra os cursos de Nutrição, Psicologia, Enfermagem e Medicina, cujo acesso se dá exclusivamente pelo Bacharelado Interdisciplinar em Saúde (BIS). Neste artigo, pretendemos, assim, abordar as questões que envolvem o acesso e a permanência simbólica de tais jovens na universidade.

Palavras-chave: Permanência. Ensino superior. Cursos de alto prestígio.

1 Professora Adjunta do Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), onde desenvolve o Projeto de Pesquisa Educação e Ações Afirmativas: um olhar sobre a permanência de estudantes negros na UFRB. Professora do Mestrado em Educação do Campo (UFRB) e Professora Colaboradora do Programa de Pós Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Universidade da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutorado em Educação, Mestrado em Ciências Sociais e Graduação em Ciências Sociais na UFBA.

WHITE COURSE: AN APPROACH ON ACCESS AND STAY AMONG STUDENTS OF POPULAR ORIGIN IN UFRB HEALTH COURSE

Abstract

Brazilian universities have traditionally had it's among those courses called "elite courses" or "high prestige courses", among them were the Law, Medicine and Engineering, it is higher education where the input black and poor was statistically improbable. Just over a decade, Affirmative Action Policies brought to higher education a significant portion of young, previously excluded from the University and began to attend the courses of the "elite". In the case of UFRB, stuck in the Reconcavo Baiano, markedly black region, the *Centro de Ciências da saúde* focuses Nutrition courses, Psychology, Nursing and Medicine, whose access is exclusively by Bachelor Interdisciplinary Health. In this article, our objective is: discuss issues surrounding the access and permanence symbolic of these young people at the University.

Keywords: Permanence. Higher Education. High Prestige Courses.

CURSO DE BLANCO: UN MÉTODO DE ACCESO Y PERMANENCIA DE ESTUDIANTES DE ORIGEN POPULAR EN LOS CURSOS DE SALUD DE LA UFRB

Resumen

Las Universidades brasileñas tradicionalmente tuvieron entre sus carreras aquellas llamadas "carreras para una elite" o carreras de alto prestigio, entre ellas se encontraban el Derecho, la Medicina y las Ingenierías, son carreras de nivel superior donde el ingreso de negros y pobres ha sido estadísticamente improbable. Hace poco más de una década, las Políticas de Acciones Afirmativas trajeron a la enseñanza superior una cantidad significativa de jóvenes, antes excluidos de la Universidad y que pasaron a acceder a las carreras y asignaturas de esa nombrada "elite". En el caso de la UFRB, incrustada en el "Recôncavo Baiano", región mayoritariamente poblada por negros, el Centro de Ciencias de la Salud (CCS) concentra las carreras de Nutrición, Psicología, Enfermería y Medicina, cuyo acceso se da, exclusivamente por el Bachillerato Interdisciplinar en Salud. En este artículo, se pretende abordar a las cuestiones que abarcan el acceso y la permanencia (simbólica) de estos jóvenes en la Universidad.

Palabras Clave: Permanencia. Educación Superior. Carreras de alto prestigio.

1 Introdução: o cenário da educação superior no Brasil

O quadro da educação superior brasileira, nas últimas décadas, é marcado por uma forte expansão. Vale destacar que o acelerado crescimento se dá, sobretudo, em virtude da proliferação de instituições privadas, notadamente entre os anos de 1999 a 2003. Nos oito anos de governo de Luiz Inácio Lula da Silva e no primeiro mandato de Dilma Rousseff houve uma continuação do crescimento, mas, desta vez, voltado para as instituições públicas de ensino superior. Conforme nos afirma Ristoff (2014; p. 724):

o crescimento se manteve constante e, no período assinalado, ocorreu em sintonia com as políticas globais de inclusão social, passando a expansão a estar visceralmente associada à democratização do campus brasileiro e orientada por um conjunto de políticas estruturantes implantadas.

Segundo dados do INEP (2013), o número de instituições de ensino superior (IES) cresceu de 893, em 1991, para 2.416 em 2012, representando um percentual de 171% de aumento. Porém, é importante ressaltar que as IES privadas ainda são predominantes. Conforme o Censo da Educação Superior (INEP; 2013), para cada universidade pública existem sete privadas.

No que diz respeito ao número de matrículas, entre 1999 e 2003, temos um salto de 1,5 milhões para 7 milhões, o que representa um crescimento de 350%. Também salientamos que os registros estão concentrados, em sua maioria, no setor privado de educação superior. Ainda conforme análise de Ristoff (2014), as matrículas no setor público avançaram em relação às IES privadas apenas nos três últimos anos do primeiro mandato da Presidente Dilma Rousseff.

É importante atentar para dois pontos importantes: o primeiro é que o acesso à graduação pública, no Brasil, ainda ocorre em desafino com outros níveis de ensino – dados do INEP (2013) mostram, por exemplo, que 85% das matrículas do ensino fundamental nos anos iniciais, 85% das matrículas do ensino fundamental das séries finais, 87% das matrículas no ensino médio e 81% dos ingressos em cursos de pós-graduação stricto sensu pertencem ao setor público. Embora em maior número, a maioria das IES privadas são estruturas de pequeno porte, tais como faculdades ou centros universitários e, se analisarmos as matrículas por organização acadêmica, observaremos que são nas universidades (sejam públicas ou privadas) que estão concentrados o maior número de matrículas (53,4%) (INEP, 2013)

A partir de 2002, é também marcante a presença de políticas de acesso ao ensino superior de estudantes pretos/pardos, indígenas, quilombolas e de origem popular, e das políticas de financiamento da educação superior, tais como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (ProUni). Essas políticas são responsáveis por uma alteração no quadro do perfil do estudante universitário: não podemos desconsiderar os dados do Censo da Educação Superior, que mostram que o número de estudantes universitários no conjunto da população de 18 a 24 anos de idade cresceu de 7,1% para 17,6% entre 1997 e 2011 (LÁZARO, 2012). Além disso, o número de estudantes matriculados em instituições públicas federais dobrou entre 2003 e 2011, e, apesar de ainda muito inferior, o número de negros no ensino superior cresceu 232% na comparação entre 2000 e 2010 (RETRATOS DO NEGRO NO BRASIL, 2014). Se considerarmos apenas os dados do Censo da Educação Superior de 2013, observamos que o número de negros² cursando alguma universidade é de 743.821; afunilando este número para as IFES, temos um total de 268.542 negros estudando em uma universidade. Esses números obviamente indicam resultados positivos das políticas adotadas ao longo da última década e que visavam o aumento do número de estudantes na educação superior, particularmente aqueles vindo de grupos até então sub-representados na universidade (HERINGER, 2014).

Não podemos perder de vista que as conquistas dos últimos anos, no que tange às políticas de acesso ao ensino superior, devem-se à mobilização dos movimentos sociais, destacando-se a participação aguerrida dos movimentos negros e de outros atores políticos que, há muito, fazem um enfrentamento às desigualdades na educação e lutam por democratização em todos os níveis de ensino. Essas lutas se consubstanciaram, a partir de 2002, em políticas que ampliam o número de estudantes no ensino superior, a fim de se aproximar da meta definida em 2001 que prevê um incremento de 30% na participação de jovens de 18 a 24 anos cursando uma graduação. As políticas envolveram diferentes medidas, tais como: a expansão do sistema universitário público, com a criação novas universidades federais e novos *campi* universitários;³ a criação do ProUni em 2004; e a implementação de políticas de ação afirmativa, beneficiando diferentes públicos. Combinadas, essas políticas resultaram em um crescimento significativo do sistema de

2 Como em outras pesquisas, consideramos como número de negros, a soma do total dos autodeclarados pretos e pardos.

3 Entre 2005 e 2009, houve a criação de doze universidades federais. Entre 2010 e 2013, foram criadas mais sete.

Ensino Superior como um todo. Apesar disso, não podemos perder de vista que alguns desafios ainda se apresentam, no que tange ao acesso e à permanência de grupos historicamente segregados nas universidades brasileiras. Segundo Piotto (2007, p. 3), em uma pesquisa realizada durante o processo de implantação das políticas de ações afirmativas nas universidades brasileiras, “[...] dada a elitização de alguns cursos, tanto nas instituições públicas quanto nas particulares, a presença de alunos das camadas populares neles constitui exceção [...]”.

Em uma análise do perfil sócio econômico dos estudantes de graduação, a partir dos dados dos três primeiros ciclos completos do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), Ristoff (2014, p. 730) observa que o “Campus Universitário Brasileiro é 20% mais branco que a Sociedade Brasileira”. Os cursos de Medicina Veterinária, Medicina, Psicologia, Odontologia e Direito apresentam percentuais de brancura superior àqueles encontrados na sociedade.

Os cursos mais competitivos, por sua vez, tendem a ter percentuais menores de pretos. Já havíamos constatado no estudo anterior, publicado pela Flacso/Brasil, e constatamos novamente que em 16 cursos a representação percentual de pretos é igual ou superior à da sociedade. Estes cursos são em geral cursos de licenciatura e os de baixa demanda. São eles: Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais, Educação Física, Filosofia, Física, Geografia, História, Letras, Matemática, Música, Pedagogia, Secretariado Executivo, Serviço Social, Teatro e Turismo (RISTOFF, 2014, p. 732).

Quando se observa a classe social a que pertencem os estudantes dos cursos em que predominam brancos, já referidos, observa-se uma discrepância entre eles e a realidade econômica encontrada na sociedade mais ampla. Somente analisando o curso de Medicina, é possível encontrar estudantes seis vezes mais ricos que a média da população brasileira:

Nota-se igualmente que 14% dos estudantes de Medicina vêm de famílias com faixa de renda de mais de 30 salários mínimos mensais, enquanto História e Pedagogia têm representação próxima de zero nesta mesma faixa de renda. Percebe-se, por fim, que é expressivo o contingente de estudantes do grupo de até 3 salários mínimos e da larga faixa de 3 até de 10 salários mínimos, deixando claro que é grande o número de estudantes que teriam dificuldades de se manter no campus a menos que robustas políticas de permanência não estivessem sendo postas em prática (RISTOFF, 2014, p. 737).

Outros pesquisadores (BRITO; CARVALHO, 1978; NOGUEIRA; ROMANELLI; ZAGO, 2000; QUEIROZ; MENEZES, 2013) já apontaram o acesso majoritário ao ensino superior de um contingente melhor aquinhado, em termos de herança familiar e educacional, bem como os fatores que influenciam nas escolhas de determinadas carreiras. Os estudos de Brito e Carvalho (1978) sobre o acesso à Universidade Federal da Bahia (UFBA) observam que, quanto mais intensa a competição por vaga, mais os candidatos de status mais alto são favorecidos, pois as próprias condições e privilégios de seu status os levam à classificação em proporções sempre superiores à sua parcela de inscritos.

Neste artigo, lançaremos um olhar sobre os cursos de Medicina, Psicologia, Nutrição e Bacharelado Interdisciplinar em Saúde (BIS) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), buscando entender as questões que envolvem o acesso e, sobretudo, a permanência de jovens negros e sem tradição universitária nos cursos do Centro de Ciências da Saúde (CCS). Este artigo é parte de uma pesquisa mais ampla sobre permanência de estudantes negros na UFRB e é tributária dos estudos qualitativos. Neste trabalho, foi utilizada a técnica da entrevista em profundidade com cinco estudantes dos cursos acima mencionados.

2 Retrato de uma instituição interiorizada no Recôncavo baiano

O questionamento da elitização do ensino universitário e sua consequente exclusão apontou, conforme apresentamos, para a criação de programas que buscaram ampliar o número de estudantes em todos os níveis da educação superior. O Programa de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, em sua primeira fase (2003 a 2007), teve como meta a interiorização do ensino superior – que, até 2002, contava com 45 universidades federais e 148 *campi*/unidades –; foi nesse contexto que, em 2006, foi criada a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFBR).

A criação da UFRB no Recôncavo representou uma grande possibilidade de inclusão social e de promoção do desenvolvimento do interior do estado. Na busca por atender a esses desafios, a universidade em questão possui uma estrutura *multicampi*, formada por centros de ensino em diferentes municípios do Recôncavo e do Sertão baianos.⁴

4 A cidade de Cruz das Almas é a sede do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB) e do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CETEC). No município de Santo

No que tange ao perfil dos estudantes, utilizamos como base os dados da pesquisa de Atche (2014). Segundo a autora, a UFRB é uma universidade composta por estudantes jovens (80% estão na faixa entre 15 e 25 anos), negros (81% se autodeclararam pretos ou pardos), de origem na escola pública (60,2% vieram da rede pública de ensino) e pertencentes às classes C, D e E⁵ (95%).

Afunilando estes dados para o CCS, campo da nossa pesquisa, o perfil traçado é de que 47% dos estudantes possuem renda familiar de até três salários mínimos; 33% deles possuem renda familiar de três a cinco salários mínimos; 14% declararam renda de cinco a dez salários mínimos e 5% possuem renda familiar de dez a quarenta salários mínimos (ATCHE, 2014). Convém lembrar que, conforme dados oficiais, apenas 7% das famílias brasileiras possuem renda mensal superior a dez salários mínimos. No quesito cor, o Centro de Ciências da Saúde apresenta um percentual de negros muito próximo do total geral da instituição: são 79,7% autodeclarados pretos ou pardos. A maior parte dos estudantes do CCS vieram de escolas privadas (57%), entretanto, considerando também o número de estudantes de origem na escola pública (43%), o total é razoavelmente equilibrado. O Centro de Ciências da Saúde (CCS) oferta cinco cursos de graduação: Bacharelado Interdisciplinar em Saúde (BIS), Medicina, Nutrição, Psicologia e Enfermagem, totalizando uma média de oitocentos alunos matriculados regularmente.⁶

Vale ainda mencionar, nesta seção, que a política de acesso da UFRB está disposta na Resolução nº 005/2009 – CONSUNI (UFRB, 2009a), alterada pela Resolução nº 006/2009 (UFRB, 2009b), e ocorre em fase única, através do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A nota mínima para aprovação é 5,0 (cinco) e, em todos os cursos de graduação, há reservas de 45% das vagas, dividida do seguinte modo: 43% são reservadas aos estudantes autodeclarados pretos ou pardos e deve ser distribuídas na seguinte ordem: a) estudantes que tenham cursado o Ensino Médio na escola pública, pois, desses, entre 43% e 85% devem ser estudantes autodeclarados pretos ou pardos; b) no caso do não preenchimento dos 43%, conforme os critérios estabelecidos no item anterior, as vagas remanescentes

Antônio de Jesus, está localizado o Centro de Ciências da Saúde (CCS). Na cidade de Cachoeira, está o Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL). O Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT) localiza-se em Santo Amaro da Purificação. Em Amargosa, localiza-se o Centro de Formação de Professores (CFP). Por fim, fora do Recôncavo, na região Sertaneja de Feira de Santana, temos o Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS).

5 Conforme o IBGE, as classes são assim divididas: A – mais de 20 salários mínimos; B – 10 a 20 salários mínimos; C – 4 a 10 salários mínimos; D – 2 a 4 salários mínimos e E- até 2 salários mínimos.

6 Dados disponíveis em: <<http://www.ufrb.edu.br/ccs>>. Acesso em: 10 maio 2016.

desse percentual devem ser preenchidas por estudantes que cursaram o ensino médio em escolar particular e que se autodeclararam pretos ou pardos. Os outros 2% das cotas estão reservadas aos estudantes descendentes de índios que cursaram o ensino médio em escolas da rede pública. No caso de não preenchimento desse percentual, as vagas remanescentes são destinadas aos demais candidatos. Os 55% referentes às vagas não reservadas devem ser ocupadas por estudantes de qualquer etnia ou procedência escolar e selecionados exclusivamente por desempenho no Enem. Vale salientar que tanto a cor quanto a procedência escolar decorrem das declarações dos candidatos no ato da inscrição e, no caso de serem aprovados, a comprovação através de documentos ocorre na fase da matrícula.

As ações afirmativas e os assuntos Estudantis, na UFRB, são acompanhados pela Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE), uma das pioneiras no país a ampliar a ideia de assistência e a assumir um posicionamento político de contribuir para a correção das distorções sócio raciais.

3 “Você nem parece que estuda aqui”: reflexões preliminares sobre o acesso e a permanência de estudantes negros em cursos de branco

Acessar o ensino superior é somente uma etapa dos desafios dessa juventude negra e sem tradição universitária. A etapa seguinte diz respeito à permanência, que, a nosso ver, são de dois tipos: a permanência material, que requer condições materiais objetivas para vivenciar a universidade, tais como dinheiro para alimentação, moradia, transporte, compra de equipamentos e aquisição de material bibliográfico, etc.; e a forma simbólica da permanência, que está associada a uma constância do indivíduo no ensino superior que permita a sua transformação, a partilha com seus pares e o pertencimento ao ambiente universitário (SANTOS, 2009).

Neste artigo, discutiremos apenas a permanência simbólica pois queremos entender o que significa ser negro em cursos prestigiados (de branco) da universidade, mesmo que estejamos tratando da UFRB, uma universidade de maioria negra, conforme afirmam os dados.

Os jovens participantes da nossa pesquisa são estudantes do Centro de Ciências da Saúde, com idade entre 20 e 23 anos. Deles, dois são do sexo masculino e três do sexo feminino. Todos são autodeclarados negros, conforme quadro a seguir:

Quadro 1 – Participantes da Pesquisa

	Gênero	Raça/ Cor	Curso	Origem da família	Tradição universitária
Entrevistado 1 (23 anos)	Masculino	Negro	Psicologia	Zona Rural de Recôncavo Baiano	Primeiro de uma família de três filhos a ingressar na universidade. Os pais tem pouca escolaridade e o entrevistado já cursou Química e o BIS na UFRB.
Entrevistado 2 (23 anos)	Masculino	Negro	Bacharelado Interdisciplinar em Saúde (BIS)	Sertão da Bahia	Segundo de uma família com oito filhos a cursar uma universidade. Primeiro a ingressar em uma universidade pública. Os pais têm pouca escolaridade. O entrevistado já cursou Enfermagem na Universidade Estadual da Bahia (UNEB).
Entrevistada 3 (21 anos)	Feminino	Negra	Nutrição	Recôncavo da Bahia	A mãe possui curso superior em Pedagogia e pós-graduação. A entrevistada está em sua primeira graduação.
Entrevistada 4 (22 anos)	Feminino	Negra	Enfermagem	Sertão da Bahia	Primeira da família a cursar uma universidade. Os pais têm pouca escolaridade. Está em seu primeiro curso universitário, mas já abandonou e retornou ao mesmo curso duas vezes.
Entrevistada 5 (22 anos)	Feminino	Negra	Medicina	Salvador	A mãe possui curso superior com pós-graduação. A entrevistada está em seu primeiro curso universitário.

Fonte: Elaborado pela autora.

Para muitos dos nossos entrevistados, a entrada na universidade foi uma forma de modificar seu destino, embora alguns admitam que a ideia de universidade lhes parecia algo distante da sua realidade:

Lá em casa, a gente não tinha essa ideia de que alguém poderia entrar numa universidade pública. Até eu que sempre estudei, estudei, estudei. Porque eu venho de uma escola da Polícia Militar e eu estudava muito e, apesar disso, eu não achava assim... Por isso que eu fiz um bocado de vestibular, porque eu pensava assim: *em algum eu vou ter que passar*. Quando eu saio passando em um bocado, eu pensava assim: *meu Deus do Céu!* [...]

Entrevistadora: E você passou em muitos?

Eu passei em todos, passei para Veterinária na UESC, História na UFRB, Enfermagem numa particular com bolsa Prouni e Enfermagem na UNEB⁷ (Estudante do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde – BIS).

Ou ainda:

Eu era envolvido com as coisas da igreja e, na época, era uma coisa assim que ninguém pensava. Alguém ir assim pra universidade federal era algo super novo. Da região [de] onde eu vim, a tendência do jovem é acabar o Ensino Médio e ir para São Paulo trabalhar. Eu via que as pessoas próximas a mim viviam para trabalhar, trabalhar e eu pensei “Não quero isso, então eu vou estudar!”. Meus pais nunca foram de incentivar os estudos, digamos que eu era o “diferentão” da minha família. (Estudante de Psicologia).

Para duas estudantes do sexo feminino, ambas filhas únicas, o investimento de suas mães no seu futuro foi primordial. Em ambos os casos, as estudantes são filhas de mulheres com curso superior e que, em algum momento da suas vidas, reuniram todos os esforços na trajetória escolar das filhas como forma de lhes proporcionar um futuro diferenciado:

Minha mãe é professora de biologia com pós-graduação, mas, como tinha uma vida muito corrida para trabalhar e me sustentar – meu pai foi embora quando eu era pequena – então ela decidiu parar e investir em mim. (Estudante de Medicina);

⁷ As universidades a que a estudante se refere e que ainda não foram mencionadas neste artigo, são: Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Minha mãe passou no mestrado em história, mas ficou difícil e ela resolveu desistir e investir para que eu pudesse estudar (Estudante de Nutrição).

Como já argumentamos em outros trabalhos (SANTOS, 2009; REIS, 2012), no caso das famílias menos abastadas e em geral, negras, a universidade representa um grande feito, já que, no seu imaginário, ela estava ausente, distante, “pouco provável”. A entrada de um membro dessas famílias no Ensino Superior e a sua permanência tem dois sentidos: um sentido que é individual e outro que é grupal, uma vez que ser universitário(a) significa a possibilidade de alterações no seu futuro e no meio social em que o indivíduo circula, conforme nos afirma um dos entrevistados: “Hoje, lá na minha região, os jovens já veem a perspectiva de ir para a universidade. Não sei se tem a ver com a minha vinda, mas mudou a perspectiva” (Estudante de Psicologia).

No seio familiar, também a entrada de um dos seus membros na universidade abre portas para quem vem depois:

[...] Minhas irmãs já chegaram pra mim para falar que elas só acreditavam que elas podiam cursar a UEFS [Universidade Estadual de Feira de Santana] depois que eu entrei. Então, assim, acho que impacta direta e indiretamente. Hoje, assim, meus dois irmãos já chegam pra mim pra perguntar e tal. O que eu fiz com minha irmã mais velha, que era minha referência de ensino superior, hoje meus irmãos fazem comigo. Então é muito interessante, porque as pessoas se enxergam também, né? Meu irmão já não tem dúvida [de] que ele vai entrar na universidade, ele tem dúvida do que ele vai fazer, entendeu? (Estudante do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde – BIS).

Trata-se, aqui, daquilo que chamamos de simultaneidade na permanência, ou seja, ao ingressar na universidade, a trajetória do jovem passa a ser “reconhecida” na sua comunidade familiar ou de moradia como um “caminho possível” e isso influencia positivamente outros jovens a almejarem o mesmo futuro (REIS, 2012).

Embora observamos esse reconhecimento do “novo universitário” em sua comunidade, uma vez dentro da universidade, muitos estudantes vivenciam situações que atentam contra a sua permanência e trazem impactos consideráveis à vida acadêmica.

Ninguém me reconhece como estudante de Nutrição. Um dia, eu cheguei na universidade e alguém falou: “Ah! Visitante do CAHL”. Quando eu disse que era do CCS, a pessoa complementou: “Mas você não tem cara de CCS!”.

Eu acredito que é porque o CCS ainda é muito branquinho sabe? Então essa questão do estereótipo é muito forte, muito frequente (Estudante de Nutrição).

Observamos que a estudante entrevistada reconhece o CCS como um lugar “branco”, embora os dados estatísticos coletados por Atche (2014), em 2010, mostrem-nos que o número de negros (pretos e pardos) nessa unidade da UFRB é de mais de 79%. Porém, se observarmos os números desagregados, o total de pretos é de 22,5% e o de pardos, 57,2%, conforme Quadro abaixo.

Quadro 2 – Percentual de Estudantes por cor por Centro de Ensino

Cor/Etnia	Centros de ensino										Total	
	CAHL		CCAAB		CFP		CETEC		CCS		Abs	%
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%		
Pretos	183	39	172	25,8	142	36	114	35	53	22,5	664	32
Pardos	197	42	353	52,8	185	47	152	47	135	57,2	1022	49
Brancos	55	12	124	18,6	52	13	49	15	38	16,1	318	15
Amarelos	3	1	3	4	6	2	1	3	6	2,5	19	1
Indígena	4	1	1	0,1	3	1	1	3	3	1,3	12	1
Não informou	23	5	15	2,3	3	1	7	2,4	1	0,4	49	2
Total	465	100	668	100	391	100	324	100	236	100	2084	

Fonte: Atche; 2014

Obviamente, devemos considerar que os dados de Atche foram coletados em 2010, mas vale observar que “pardo” é uma categoria intermediária entre branco e preto, permitindo ao respondente um certo branqueamento, sem perder a oportunidade de estar inserido em políticas voltadas à população não branca. Se observarmos, por exemplo, a política de acesso da UFRB, assim como a de outras universidades brasileiras, as cotas raciais são reservadas para pretos e pardos e o critério único para comprovação é a autodeclaração. Alguns autores vão além e

afirmam que a categoria promove uma negação da negritude, ao passo que dificulta uma identidade comum entre os não brancos (MUNANGA, 2008), além de mascarar a observação e a análise das desigualdades entre brancos e não brancos.

3.1 *O mal estar, a inadaptação e o não ter a “cara” do curso*

Para grande parte dos estudantes, o ingresso no ensino superior é marcado pelo estranhamento, pois trata-se de um mundo distante e distinto do seu (lembramos que muitos são os primeiros da família a ingressar na universidade). Esses jovens “estrangeiros” ou *outsiders*, em geral vindos de um universo marcado pela escassez material e cultural, experimentam uma sensação de não pertencimento ao espaço acadêmico, para o que muito contribuem os tratamentos indiferentes, discriminatórios ou mesmo estigmatizantes dos colegas de turma, às vezes sob forma de olhares e comentários e, outras vezes, recusando a participação nos trabalhos de grupo, o que os deixam humilhados, ressentidos ou com um profundo sentimento de inferioridade. Para os nossos entrevistados, a situação não foi diferente. Algumas falas que dão conta dessa ideia: “No primeiro semestre, eu tinha aversão, eu não me identificava com o CCS” (Estudante de Nutrição); “Já me falaram que eu era a cara do CAHL⁸” (Estudante de Medicina). “A representação de universitário que a gente vê não é de um negro da zona rural, então a gente não se vê” (Estudante de Psicologia).

Ao não se sentirem parte do curso que escolheram ou não se identificar com o perfil da maioria desses colegas, muitos dos nossos entrevistados têm dificuldade em dizer a graduação que cursam:

Hoje em dia até eu estou conseguindo superar isso, mas, no primeiro semestre, eu tinha dificuldade em dizer que eu fazia medicina, pelo perfil de medicina. Embora minha turma ainda tenha um pouco mais de negros, ainda somos daquela linhagem [referindo-se aqui à turma que entrou no BI sem a certeza de que seria implantada o curso de medicina]. Hoje em dia, eu já estou mais tranquila com relação a isso, aceitando mais essa medicina e entendendo como eu vou poder contribuir dentro deste curso para mudar um pouco essa realidade. Que não mude tudo, mas aquela gota no oceano.

8 Centro de Artes, Humanidades e Letras da UFRB, onde estão os cursos de Licenciatura em História, Ciências Sociais, Serviço Social, Cinema e áudio visual, Artes Visuais, Comunicação Social, Museologia e Tecnologia em Gestão Pública.

Ao analisarmos essa fala, refletimos sobre alguns fatores, tais como o caráter elitista do curso de Medicina, a presença majoritária de brancos, tanto no corpo docente quanto discente, os posicionamentos também elitistas e contrários ao sistema de cotas e à presença de negros(as) adotados por alguns professores, além, é claro, do histórico das Escolas de Medicina, que somente absorveram os negros no início da sua formação e, ainda assim, os chamados “mulatos” não gozavam de nenhum respeito frente ao alunado (SCHWARCZ, 1993). Até hoje, a presença de pretos nesse curso de prestígio é vista com muita desconfiança: “Tem gente que pergunta assim: ‘Você faz medicina, medicina, medicina mesmo?’ Ai eu digo ‘É, eu faço aquela medicina’ [tom jocoso]”. A entrevistada lembra de outro caso: “[...] essa foi recente. Dois colegas meus disseram que vão provar que eu não estou fazendo Medicina, que eu estou em qualquer outro curso e que estou mentindo para todo mundo [risos]. Se a gente for parar para internalizar isso, a gente acaba sofrendo, então...”

É muito difícil para o estudante negro se impor como agente reflexivo em um espaço que, durante muitos anos, lhes permitiu apenas ser objeto de pesquisas que buscavam atestar a sua incapacidade e degenerescência. Inadaptação, mal estar, estranhamento e discriminação entram em cena nas salas de aula da universidade, aqui comparada a um espaço de posições sociais, no qual um bem é produzido, consumido e classificado – neste caso em específico, o conhecimento. Como tal, em seu interior, os indivíduos envolvidos passam a lutar pelo controle da produção e, sobretudo, pelo direito de legitimamente, classificarem e hierarquizar os bens produzidos. Porém, como em toda luta, há um grupo que detém a hegemonia e um que ocupa posições inferiores. Este pode aceitar a estrutura hierárquica presente no campo e, conseqüentemente, aceitar a posição de inferioridade ou pode contestar e subverter a ordem vigente (BOURDIEU, 1998).

Em pesquisa anterior (SANTOS, 2009), ao tratarmos da permanência na UFBA, observávamos algumas estratégias que eram desenvolvidas pelos estudantes a fim de permanecerem na universidade. Entre as estratégias, estava a polarização, que se caracterizava pela formação de grupos homogêneos, seja em termos raciais ou econômicos. Essa estratégia traz uma concepção de que, entre iguais, há proteção e possibilidades maiores de permanência simbólica. Em nossas entrevistas, também encontramos a criação de grupos homogêneos como uma forma de resistir ao ambiente nada acolhedor do *campus*.

Minha turma original era extremamente branca, só tinha três pretos, eu e mais dois. Tinha aquela coisa de grupinho e nós ficávamos de canto,

porque os outros eram mais ricos, mais inteligentes... e foram se agrupando. A gente se apelidava de a *turma do cantinho*. A gente sempre fazia tudo junto. (Estudante de Enfermagem);

Na minha turma nós somos o quê? Dez meninas, tudo lá da região, então eu só ando com elas. A gente faz tudo juntas. Tem outras que eu falo, assim, mas [com] aquelas que tem nariz empinado e tal eu nem falo (Estudante de Nutrição).

Entretanto, nem sempre essa estratégia é suficiente para garantir a permanência no curso, de forma que muitos não aguentam o ambiente hostil:

[...] chegou um momento que eu não aguentei aquilo, porque era muito difícil. Ainda hoje é muito difícil pra mim falar [longa pausa]. Porque eu estava aqui inicialmente realizando um sonho e, naquele momento, não era mais meu sonho, porque aquilo não era universidade pra mim. Aí foi a primeira vez que eu abandonei. (Estudante de Enfermagem).

Há casos em que a prática docente interfere de forma grave na permanência no curso.

Quando eu saí do curso, eu saí muito também por conta da fala de um professor em uma disciplina prática no terceiro ou quarto semestre. Era minha primeira prática e eu fui atender um paciente e chamei ele [o professor] para ir comigo. Era uma punção e eu nunca tinha feito uma punção em alguém que não fosse no laboratório. Ele disse: “Ah! Se você não sabe ir sozinha, você deveria estar, no máximo, em um curso técnico”. Aquilo, naquele momento, me arrasou e eu não consegui mais fazer o procedimento. Eu acreditava que os professores eram para estimular, para apoiar, e ele fez toda minha segurança, aí eu fui embora (Estudante de Enfermagem).

É necessário contrastar essa presença de estudantes negros e cotistas que ingressam, sobretudo, em cursos de alta demanda, com o ambiente universitário que indubitavelmente joga com a vaidade, com a arrogância e com a ideia de pertencimento a uma comunidade de eleitos. Se o ambiente acadêmico gera um efeito inibidor na maioria das pessoas, esse efeito é muito maior naqueles que possuem histórias já marcadas pelo sentimento de rejeição, estranhamento ou inadequação social. Em nossa pesquisa, encontramos vários casos de estudantes que são preteridos, humilhados ou rechaçados por seus professores em sala de aula. Em muitos casos,

esses conflitos não vêm à público por diversos fatores, entre os quais podemos citar: a) a dificuldade em tipificar o crime, uma vez que “nosso racismo” é velado e, muitas vezes, deixa dúvidas na vítima se foi discriminado por ser preto, por ser pobre ou por ambos os motivos; b) a dificuldade em reunir todas as evidências capazes de convencer os julgadores (em sua maioria, também professores) da humilhação que sofreu; e, ainda, c) o medo de ser “perseguido” pelo professor durante a sua trajetória acadêmica na graduação e, quem sabe, em uma posterior seleção para a pós-graduação.

São irrefutáveis as evidências de que existe racismo na academia e que esse conflito se acentuou após a entrada de estudantes pelo sistema de cotas, notadamente em alguns cursos denominados como de “alta demanda”. Porém, um significativo número de acadêmicos brasileiros ignora e não discute essa questão; do mesmo modo, ainda são poucos os estudos sobre discriminação racial a abordar os conflitos que ocorrem no interior dos *campi* universitários ou, mais microscopicamente, no interior das salas de aula (CARVALHO, 2002). Aqui um dos nossos entrevistados desabafa:

Fui monitor de uma disciplina sobre Estado e a gente estava discutindo Karl Marx, mas o debate estava tratando somente das diferenças de classe. Aí eu trouxe a visão de Carlos Moore, naquele livro *Racismo e Sociedade*. A professora ceifou minha fala e depois disse que, se eu fosse me pronunciar na sala, primeiro tinha que combinar com ela, falar com ela antes. Aí eu abandonei a bolsa de monitoria (Estudante de Psicologia)

Parece-nos que alguns docentes, como forma de reagir à presença de determinadas categorias sociais ou raciais na universidade, ou ainda na busca por abortar questões que, segundo seus *critérios acadêmicos*, são menores ou desnecessárias, criam táticas de discriminação objetivamente destinadas a favorecer a mortalidade acadêmica desses estudantes dentro do sistema. É importante salientar, entretanto, que tais táticas nem sempre são diretas, óbvias ou notáveis a um olhar menos cuidadoso, pois elas ocorrem de modo a fazer parecer que o estudante é que “se diminui”, “se discrimina” e “não consegue conviver” com aqueles que, por “mérito”, galgaram tal posição. Por outro lado, a existência de alguns grupos de pesquisa ou mesmo a presença de professores negros e ativistas têm dado a esses estudantes um novo significado e suporte em sua permanência na universidade.

O NEGRAS [Núcleo de Gênero, Raça e Saúde] me ajudou muito, porque, embora eu tivesse essa identidade racial dentro de mim, eu precisava

exteriorizar isso. Eu precisava ser forte enquanto eu. Eu era muito de deixar as coisas e as pessoas me abalarem e hoje não é assim. O NEGRAS me ajudou muito, hoje eu sei debater, eu sei discutir na roda de conversa, sabe? Se tiver branco, eu sei me impor. Foi o NEGRAS que me habilitou para isso e hoje eu sou parte do curso de Enfermagem muito por conta do NEGRAS, que me proporcionou essa capacidade de discutir e essa propriedade dos assuntos gênero e raça (Estudante de Enfermagem);

Eu me identifico como mulher negra hoje, depois que entrei na universidade. A gente não pode negar que ainda faltam mais espaços de discussão na academia, mas já existem alguns, onde a gente tem a oportunidade de discutir a questão racial. Aqui eu assumi meu cabelo, assumi as tranças e, nesse processo, eu fui me identificando e me reconhecendo. Depois que eu entrei no NEGRAS, então... (Estudante de Medicina).

É no interior dos grupos que muitos estudantes passam a ter consciência de seu pertencimento racial e acessam literaturas até então fora do seu alcance. Não podemos deixar de mencionar que poucos currículos, nas universidades brasileiras, trazem as questões de raça, gênero ou sexualidade. Muitas vezes, essas discussões são tratadas apenas por alguns professores pesquisadores da área e/ou ativistas, mas, nos grupos de estudos e de pesquisas com foco nas diversidades, muitos estudantes têm encontrado a possibilidade de construir a sua permanência simbólica qualificada.

Ao se empoderar e construir uma identidade racial, muitos começam a reelaborar os símbolos étnicos da sua negritude. Uma dessas mudanças passa pelo cabelo: ao assumir seus cabelos crespos ou trançados, alguns são questionados sobre a profissão que escolheram, numa tentativa (in)explícita de dizer que a estética negra não combina com o perfil do curso: “Algumas pessoas já me perguntaram assim: ‘Você vai ser médica com esse cabelo?’ ou ‘Como você acha que as pessoas vão te olhar?’ [referindo-se às tranças]. Tem ainda: ‘Esse cabelo se encaixa dentro da sua profissão?’ Por considerar até sujo, né? Eu fico, assim, ‘Meu Deus!’...” (Estudante de Medicina); “Quando eu uso trança, as pessoas me perguntam assim: ‘E como é que lava?’ Eu respondo: ‘Com água!’” (Estudante de Enfermagem).

A pesquisa qualitativa nos autoriza a dizer que estão mais visíveis as tensões sociais e raciais dentro da universidade, não porque antes essas tensões não existissem, mas porque o número de estudantes negros e/ou pobres que ingressavam no ensino superior era muito pequeno. Hoje em maior número, esses jovens ameaçam um espaço que foi hegemonicamente branco e elitizado. Nesse

contexto, a academia ainda não consegue se repensar, de forma que a sua imagem ainda não contempla a de um negro ou de uma negra.

A presença de graduandos pretos, pobres e, em sua maioria, sem tradição universitária tem sido alvo de conflitos, pois, para a elite que sempre ocupou estes espaços, os “cotistas” têm entrado pelas “janelas” e causado a queda da qualidade do curso, a despeito de todas as pesquisas mostrarem que o desempenho entre cotistas e não cotistas tem sido igual para ambos os grupos, quando não superior para o primeiro. Não nos esqueçamos de que, há menos de uma década, o diretor de uma escola de medicina declarou ao jornal Folha de São Paulo de 30 de abril de 2008 que as baixas notas dos alunos no ENADE se devia ao baixo Quociente de Inteligência (QI) dos baianos, que segundo ele “só tocam berimbau porque este possui uma única corda” (A TARDE, 2008). O Diretor foi além e culpou o sistema de reserva de vagas pelo mau desempenho já que, segundo ele: “a prova foi feita com alunos do 1º e do último semestre. Pode estar havendo uma contaminação das cotas e influência da transformação curricular nesse resultado” (A TARDE, 2008). Porém, em todo canto, em todos os *campi*, têm havido reações, e o que observamos é que os estudantes ingressantes por cotas raciais tem buscado construir estratégias e articulações que lhes permita a permanência simbólica, muitas vezes jogando com as identidades que são mudadas ou (re)construídas na tentativa de se encontrar ou criar novos grupos com os quais se vivencie o pertencimento.

A permanência qualificada na universidade envolve questões tais como as bolsas, o restaurante universitário e a residência, mas também a existência de creches, de grupos de estudos em pesquisas nas questões das diversidades, referenciais negros no corpo docente, (re)estruturação curricular para atender às demandas do debate sobre gênero, raça e sexualidade, enfim, elementos que compõem a implementação de políticas de permanência que estejam para além da assistência material e que permitam uma formação ampla do estudante. Só assim poderemos falar em permanência, entendendo-a como a possibilidade do estudante em manter os seus estudos até o final do curso, preferencialmente com qualidade suficiente para lhes permitir a transformação individual e do seu meio social, e visar os estudos na pós-graduação.

Referências

RIBAS, Danilo Fraga e Sílvio. *Coordenador do colegiado do curso de medicina da Ufba corre o risco de perder o cargo e é alvo de reações*. A Tarde, Brasília, 1/05/2008. Disponível

em: <<http://atarde.uol.com.br/vestibular/noticias/1431587-coordenador-do-colegiado-do-curso-de-medicina-da-ufba-corre-o-risco-de-perder-o-cargo-e-e-alvo-de-reacoes>>. Acesso em: 13/04/2016.

ATCHE, Ana Cláudia dos Reis. *Política de ações afirmativas na educação superior: a experiência da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) no período de 2006-2012*. 2014. 142 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Universidade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e a cultura. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org). *Escrito de Educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

BRITO, Luiz N.; CARVALHO, Inaiá M. de. *Condicionantes sócio-econômico dos estudantes da Universidade Federal da Bahia*. Salvador: CRH/UFBA, 1978.

CARVALHO, José Jorge. Exclusão racial na universidade brasileira: um caso de ação não negativa. In: QUEIROZ, Delcele Mascarenhas de (Coord.). *O Negro na universidade*. Programa a Cor da Bahia / Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA. Salvador: Série Novos Toques, 2002.

HERINGER, Rosana R. Um balanço de 10 anos de políticas de ação afirmativa no Brasil. *Tomo*, n. 24, p. 13-29, jan/jun, 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. MEC. *Sinopses Estatísticas da Educação Superior: 1991-2012*. Brasília: INEP, 2013. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas>>. Acesso em: 15/04/2016

LÁZARO, André et al.. Inclusão na Educação Superior. In: Cadernos do Grupo Estratégico de Análise da Educação Superior no Brasil – GEA. *Ações afirmativas e inclusão: um balanço*. Rio de Janeiro: FLACSO, GEA; UERJ, LPP, p. 5-8, jan/jun, 2012.

MUNANGA, K. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

NOGUEIRA, Maria Alice; ROMANELLI, Geraldo; ZAGO, Nadir (Org.). *Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares*. Petrópolis: Vozes, 2000.

PIOTTO, Débora Cristina. *As exceções e suas regras: estudantes das camadas populares em uma universidade pública*. 2007. 361 f. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano)–Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas de.; MENEZES, Jaci Maria F. Desigualdade no ensino superior: cor, status e desempenho. In: MENEZES, Jaci Maria F; SANTANA, Elizabete Conceição; AQUINO, Maria S. (Org.). *Educação, região e territórios: formas de inclusão e exclusão*. Salvador: EDUFBA, 2013. p. 77-95.

RETRATOS DO negro no Brasil. *Rede Angola*, Luanda, 24 out. 2014. Disponível em: <<http://www.redeangola.info/multimedia/retrato-dos-negros-no-brasil/>>. Acesso em: 13/04/2016

REIS, Dayane Brito. Continuar ou desistir? Reflexões sobre as condições de permanência de estudantes negr@s na UFRB. In: SAMAPIO, Sônia M. R.; GONÇALVES, Georgina (Org.). *Observatório da Vida Estudantil: estudos sobre a vida e cultura universitárias*. Salvador: Edufba, 2012. p. 1-269.

RISTOFF, Dilvo Ilvo. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. *Avaliação*, Campinas, SP, v. 19, p. 723-747, 2014.

SANTOS, Dyane Brito Reis. *Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa*. 2009. 214 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA – UFRB. Conselho Universitário. CONSUNI. *Resolução nº 005/2009*. Dispõe sobre as normas para o Processo Seletivo para Ingresso nos cursos de graduação da UFRB com adesão ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). 2009a. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/soc/components/com_chronoforms5/chronoforms/uploads/documento/resolucao-05-09-consuni.pdf>. Acesso em: 15/04/2016

_____. Conselho Universitário. CONSUNI. *Resolução nº 006/2009*. Dispõe sobre a alteração no texto da Resolução 005/2009 em seu artigo 3º. 2009b. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/soc/components/com_chronoforms5/chronoforms/uploads/documento/resolucao-06-09-consuni.pdf>. Acesso em: 13/04/2016

Submissão em: 16/04/2016

Aprovação em: 18/05/2016